

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSOES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quíelse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quíelse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.
— Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotomaior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quíel-
se Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 98.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 7 de Junho de 1973 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Mansur secretariada pelos Srs. Deputados: Domício Scaramella e David Federmann.

As quatorze horas é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aguinaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacii — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Fortes e Antônio Costa (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Igo Losso — João Fadel — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente, declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 11-73, que autoriza o Poder Executivo celebrar convenio com a Prefeitura Municipal de Assaí, por intermédio do D.E.R., para construção de uma ponte com 54 metros de vão, sobre o Rio São Jerônimo, no referido município. — Aprovado.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convenio com a Prefeitura Municipal de Assaí, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem, objetivando a construção de uma ponte de concreto armado sobre o rio São Jerônimo, no Município de Assaí, com o vão de 54 metros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30.5.73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Iris Caldart — Relator
Basílio Zanusso

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 8, sexta-feira, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 129.73.
Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 99.ª Sessão Ordinária Realizada em 7 de Junho de 1973 (Quinta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacii — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Quíelse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Lopes Júnior — Domício Scaramella — João Fadel — Paulo Camargo — Paulo Poli — Wilson Brandão e Wilson Fortes (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM N.º 51.73
Senhor Presidente.

Curitiba, 29 de maio de 1973

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convenios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Capitão Leônidas Marques, Céu Azul, Faxinal, Pinhalão e Querência do Norte, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as De-

legacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso nos próprios textos dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEONIDAS MARQUES

Termo de Convenio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de CAPITÃO LEONIDAS MARQUES, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 11 (onze) dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Ernani A. Hartmann, Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.7.1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convenio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convenio:

— Fixar as reciprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e de correntes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convenio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a, prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convenio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convenio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convenio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convenio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado, do outro, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convenio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas

nas cláusulas deste convenio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convenio para que produza os seus efeitos legais.

Mario Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública
Ernani A. Hartmann — Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques
 (Ass. ilegível) — Testemunha
 (Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÉU AZUL

Termo de convenio, que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Céu Azul, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário, presentes o Sr. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Sr. Nilo Umberto Deitos, Prefeito Municipal de Céu Azul, Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 2.07.1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convenio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convenio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e de correntes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verba de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convenio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convenio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Céu Azul, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convenio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — Pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ou o equipamento principal nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convenio cessar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convenio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convenio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convenio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

nas cláusulas deste convenio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convenio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, em 26 de março de 1973.

Nilo Umberto Deitos — Prefeito Municipal

Mario Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública
 (Ass. ilegível) — Testemunha
 (Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL

Termo de Convenio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Faxinal, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 05 dias do mês de Abril do ano de mil e novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Ismael Pinto Siqueira, Prefeito Municipal de Faxinal, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.07.1972, resolve, ram, mediante as cláusulas do presente termo de convenio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convenio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e de correntes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a Harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através — da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convenio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convenio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Faxinal, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convenio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convenio cessar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncias:

— O presente convenio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convenio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convenio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convenio para que produza os seus efeitos legais.

Faxinal, 05 de abril de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública
Ismael Pinto Siqueira — Prefeito Municipal de Faxinal
(Ass. ilegível) — Testemunha
(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALÃO

Termo de Convenio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Pinhalão, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos três dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e três no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Sebastião Dias Chaves, Prefeito Municipal de Pinhalão tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.07.1972, resolveram mediante às cláusulas do presente termo de convenio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convenio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.
— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:

— A Polícia (judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — D Execução do Convenio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:
a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento da aplicação;
b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convenio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Pinhalão, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convenio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal ou de seus órgãos; ou
- indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
- II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;
- IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza conservação;
- VI — conserto e preservação de material mobiliários e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locais ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA: — Da contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convenio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convenio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convenio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celebridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convenio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convenio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 03 de abril de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública
Sebastião Dias Chaves — Prefeito Municipal de Pinhalão
(Ass. ilegível) — Testemunha
(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

Termo de Convenio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Querência do Norte, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dez dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Paulo Konrath, Prefeito Municipal de Querência do Norte, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.7.1972, resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convenio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convenio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.
— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convenio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:
a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convenio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Querência do Norte, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convenio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
- II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;
- IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimentos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas ou externas, dos órgãos, locais ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convenio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convenio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convenio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convenio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 10 de abril de 1.973.

Mário Portes Carneiro
Secretário de Segurança Pública

Paulo Konrath
Prefeito Municipal de Querência do Norte

(As. Ilegível)

Testemunha

(As. Ilegível)

Testemunha

— A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os n.os 129 e 130-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei n.os:

82-72: Dos Senhores Deputados Borsari Netto e Basílio Zanusso, o qual inclui representantes dos Municípios do Conselho Rodoviário Estadual e dá outras providências e convertido em Lei tomou o n.o 6.403. — Agradeça-se

39-73: Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.o 31-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, o qual convertido em Lei tomou o n.o 6.402. — Agradeça-se.

Sob os n.os 125, 126, 127 e 128-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente os projetos de lei n.os:

151-72: Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que dispõe que o Estado promoverá junto aos seus órgãos tributários, e sociedades de economia mista ou empresas públicas das quais seja acionista majoritário, a implantação obrigatória de Registro Postal. — A C.C.J.

138-71: Do Senhor Deputado João Mansur, que visa criar na sede do Município de Laranjeiras do Sul, um curso científico, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

168-72: do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que visa transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga a cidade de Cascavel à cidade de Capitão Leônidas Marques. — A C.C.J.

136-68: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa criar um curso Ginasial para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo em Marilena. — A C.C.J.

Sob o n.o 3406 do Senhor Osório Carlos do Nascimento, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, encaminhando cópia de Requerimento de autoria dos Edis Flávio Condeixa Favoretto e Wagner Marcelo Sarti, aprovado em Sessão daquele Legislativo Municipal, o qual reivindica do Governo Federal, Legislação visando a sujeição das Sociedades de Economia Mista ao controle externo do Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência a inserção na Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações à Federação da Agricultura do Estado do Paraná e ao seu Presidente, Senhor Mario Stadler de Souza, pelo êxito alcançado na realização do II.º Encontro Regional dos Produtores Rurais, de 4 a 7 do corrente, em nossa Capital.

O referido certame, que reuniu produtores e delegações dos Estados do Paraná e Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, Minas Gerais e Goiás, teve o condão principal de debater os grandes problemas com que se debate a agricultura brasileira, por Região, no sentido de seu diagnóstico e elaboração de um documento global, que será entregue no próximo mês de agosto em Brasília.

Pelo êxito alcançado e pelo fato de ter repercussão em todo o território brasileiro, justiça se faz à FAEP, através desse Plano de Lei, razão pelo qual confiamos na aprovação do mesmo pelos nossos Pares.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1973.

(a) **Hélio Manfrinato**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o registro na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de regozijo e congratulações aos Excelentíssimos Senhores Prefeito e Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, pelo transcurso do 59.º aniversário de instalação do referido Município.

Requer, outrossim, que se espessam às autoridades referidas, e por seu intermédio, ao laborioso povo de Foz do Iguaçu, mensagem consubstanciando a satisfação e o júbilo do Poder Legislativo pelo auspicioso evento.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1973.

(a) **Cândido Martins de Oliveira**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inclusão em Ata dos trabalhos de hoje de um voto de congratulações ao Desembargador Zeferino Mozzatto Krukowski, empossado em data de ontem no Tribunal da Justiça do Estado, ocupando a vaga decorrente da aposentadoria do ilustre Desembargador Murilo Eurico Cordeiro Roncaglio.

Pessoa ilustre e respeitável nos meios jurídicos de nosso Estado, o Desembargador Zeferino Mozzatto Krukowski, exerceu com grande êxito, em 1970, a Presidência do Tribunal de Alçada, quando aquela Corte foi instalada no Paraná.

Da decisão da Casa, requer-se, ainda, dê-se ciência ao referido homenagem.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1973.

(a) **Jorge Sato**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Casa, de um voto de congratulações ao Presidente e demais Membros do Tribunal de Contas do Estado, pelo vigésimo sexto aniversário de sua instalação ocorrido em data de 2 do corrente.

Requer, outrossim, que da decisão do presente, dê-se ciência ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Rafael Tatauro.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1973.

(a) **Cândido Martins de Oliveira**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, formulando veemente apelo para que sua Excelência interfira junto ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, Prof. Alfredo Busaid e ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Mozart Victor Russomano, no sentido de instalar em Curitiba o Tribunal Regional do Trabalho.

Tal providência, Senhor Presidente, além de se constituir numa medida que irá proporcionar melhores condições para o atendimento da Justiça do Trabalho em nosso Estado, é uma antiga reivindicação do povo do Paraná, cujos benefícios são indiscutíveis se considerarmos o volume de processos que tramitam nas Juntas de Conciliação e Julgamento em nossa Capital, tornando lenta e difícil as decisões ali tomadas.

Acreditamos, Senhor Presidente, na sensibilidade dos Ministros Alfredo Busaid e Mozart Victor Russomano, que certamente atenderão esta aspiração das mais justas e oportunas e no elevado espírito público do Governador do Paraná, cujo Estado pela sua projeção nacional e pela importância que representa na Federação, não pode ficar marginalizado em relação às demais unidades que já possuem o Tribunal Regional do Trabalho.

Outrossim, considerando as dificuldades para encontrar-se um imóvel que comporte adequadamente o funcionamento do Tribunal, sugerimos ao Governador Parigot de Souza, o prédio da antiga Secretaria do Trabalho e Assistência Social, localizado na Praça Zacarias, cuja situação privilegiada irá facilitar sobremaneira a sua instalação e o mesmo tempo servirá para concentrar as Juntas existentes em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1973.

(a) **Lázaro Dumont**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado telex ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, Coronel Jarbas Passarinho, solicitando seja reconsiderada a decisão tomada pelo Conselho Federal de Educação, que anulou o exame vestibular realizado pelo Centro de Estudos Superiores de Londrina, CESULON, no ano passado.

A medida do CFE vem prejudicar diretamente, mais de quinhentos alunos que compõem o corpo discente do CESULON, que, após serem apropriadamente, aprovação para a série seguinte.

As aulas ministradas no CESULON, são do mais alto nível o que poderá ser devidamente comprovado pelo Ministério da Educação e Cultura.

Esta medida punitiva do Conselho Federal de Educação além de trazer sérios prejuízos para o alto conceito de que desfruta a referida instituição, profundamente abalada com a recente decisão do CFE.

Temos certeza que o Senhor Ministro da Educação e Cultura, homem que tem revolucionado o ensino brasileiro, não negará mais esta importante colaboração o que incentivará não apenas os propulsores do ensino universitário do interior do Estado, mas sobretudo aos alunos matriculados no CESULON, que se sentirão mais animados para permanecer nos bancos escolares. Muitos já são casados, já amadurecidos na vida profissional, mas estão cursando uma faculdade exatamente atendendo ao chamamento do Ministro Jarbas Passarinho que deseja, em boa hora, melhorar o nível cultural do povo brasileiro.

Londrina aguarda, confiante, a colaboração do Senhor Ministro Jarbas Passarinho.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1973

(a) — **Antonio Belinati**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário seja enviado ao Senhor Governador do Estado e Secretário da Fazenda expediente no seguinte teor:

Considerando reclamações veementes dos contabilistas do Paraná, segundo os quais a Lei Orgânica do ICM, vem trazendo os mais sérios transtornos em virtude das indiscriminadas e exageradas multas de que vem sendo vítimas em flagrante prejuízo da classe e de firmas que pagam impostos;

Considerando que além do exagero na cobrança das multas e prazo estabelecido pela Secretaria da Fazenda é insuficiente e inexistente qualquer tolerância por parte do órgão Estadual;

Considerando que em virtude da urgência com que foi apreciada, votada e sancionada a referida Lei, não houve tempo suficiente para que a mesma chegasse ao conhecimento de todos, pois foi aprovada no final de dezembro do ano passado e já no dia 18 de janeiro do corrente ano entrava em vigor.

Solicitamos às autoridades fazendárias do Estado urgentes providências, entre as quais, o escalonamento das multas, maior prazo para apresentação das guias do ICM e o cancelamento das pesadas multas até agora aplicadas, ou pelo menos uma apreciável redução.

O atendimento dessas solicitações virá de encontro ao anseio de centenas de contabilistas de nosso Estado que tem contribuído de forma decisiva para o aprimoramento do sistema arrecadador.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1973.

(a) — **Alvaro Dias**

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno, nem para o Grande Ex-

pediente. Esta livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da mesma, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 39 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 140-71, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar, mediante decreto uma Inspeção de Ensino em Capanema e com Jurisdição nos Municípios que especifique. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 24-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 21-73 encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva criar os cargos em Comissão que especifica com lotação na Escola Polivalente de Curitiba, de 1.º grau, da Rede Estadual de Ensino. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 33-73 de autoria do Dep. Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública, o "Centro de Fraternidade Universal Mistérios da Vida", de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 36-73 de autoria do Dep. Erondy Silvério, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Médico "Dr. Felix do Rego Almeida". Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 71-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 41-73, encaminhando anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo anuir na hipótese do imóvel de propriedade do Instituto de Engenharia do Paraná situado nesta Capital e doado pelo Estado, a fim de permitir obtenção de recursos financeiros aquele Instituto. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 51-72, de autoria do Dep. Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo proceder o alargamento da estrada que liga o Distrito de Santa Zelina, Município do Astorga à sede do Município de Guaraci. Pareceres favoráveis da C.C.J., COPTC e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 13-73 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 210-72, que aprova o Convênio celebrado em 26.10.72 entre o Ministério da Saúde, Governo do Estado do Paraná e o Instituto do Câncer de Londrina, objetivando estabelecer normas para desenvolvimento da luta contra o câncer no Estado, como especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.S.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 14-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 208-72, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, e a União, representada pelos Ministérios da Fazenda e dos Transportes objetivando a execução do Programa de Vias Expressas — PROGRES — conforme Decreto Federal n.º 71.273 de 30.10.72. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e COPTC. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 124-72, de autoria do Dep. João Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar, integrado na estrutura Administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, o "Museu das Etnias". Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 124-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Museu das Etnias, integrado na estrutura administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", de de 1972.

aa) — Dep. João C. Fadel

JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado de há muito incentiva uma política de Divulgação do folclore dos povos que, através de correntes imigratórias e um intenso caldeamento de raças tem contribuído no Paraná para a formação de uma comunidade herdeira das culturas européias e asiática e que se caracteriza principalmente, por um forte sentido de dedicação ao trabalho e extraordinária capacidade de vencer as adversidades do meio.

Antropólogos e etnólogos e, de modo geral todos os estudiosos das ciências sociais e humanas tem dedicado obras de elevado valor científico na identificação dos fatores que determinam uma tão completa miscigenação racial sem os naturais entrecosques, ou pelo menos, com choques muito atenuados, que seriam de ocorrer pela diversidade da cultura usos e costumes dos povos que se fixaram ou estão se fixando em terras do Sul do Brasil, e, mais especificamente na região do Paraná onde o fenômeno se faz sentir com mais intensidade e volume.

Entretanto, embora seja pacífico o reconhecimento do valor dessas culturas alienígenas para a formação de modelo social e comunitário típico do Estado, ainda não contamos com órgãos de atuação oficial que promovam um estudo sistemático daquelas influências, nem que resguarde, com sentido histórico e científico, os usos e costumes para aqui transportados pelas correntes migratórias do exterior.

Entendemos que a criação de um Museu das Etnias viria sanar essa deficiência e seria, dado o valor intrínseco de uma entidade de sua natureza, inclusive fator de desenvolvimento dos estudos étnicos, sociais e antropológicos que bem de perto interessam aos alunos de cursos superiores da área abrangida.

Os nobres Deputados certamente certamente também entenderão a criação do Museu de Etnias como uma homenagem do povo do Paraná a todos os povos que vieram nos ajudar a construir o futuro de nossa terra e assim darão ao presente projeto de lei o indispensável e honroso apoio.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 142-72

1. O plano de lei que ora examinamos, de autoria do nobre Deputado João Fadel, visa a criar o Museu das Etnias integrante da estrutura administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura.

2. Referida proposição está de acordo com o que dispõe o Regimento Interno no seu artigo 123 e parágrafos.

3. Sobre os aspectos, que cabe a esta Comissão examinar ou seja, constitucional ou legal não há o que opor razão pela qual somos pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 1972.

aa) Armando Queiroz de Moraes — Presidente
Erondy Silvério — Relator
Igo Losso
Maurício Fruct
Ovidio Franzoni
Santos Lima

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 124-72

PARECER

1. O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado João Fadel, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Museu das Etnias.

2. A proposição obteve parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça. Sob o aspecto financeiro nada temos a opor pelo que opinamos pela sua **aprovação**.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1972

aa) Fuad Nacli — Presidente
Antonio Belinati — Relator
Odilon Reinhardt
David Federmann
Antonio Lopes Jr.

Comissão de Instrução Pública

PROJETO DE LEI N. 124-72

Autor: Dep. João Calil Fadel

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a criar o Museu das Etnias como órgão integrante da estrutura da Secretaria de Educação e Cultura.

PARECER

1. Realmente das mais louváveis a iniciativa do nobre Deputado João C. Fadel, ao pretender criar o Museu das Etnias, considerando-se o fato relevante de ser o nosso Estado, um dos que mais tem recebido a colaboração do elemento estrangeiro. Esta colaboração é sentida em todos os setores do nosso desenvolvimento, podendo-se dizer que chegamos a absorver a cultura que esses povos, das mais diversas procedências, nos trazem.

2. Pela APROVAÇÃO é o nosso Parecer.

Sa'a de Reuniões, em 9 de abril de 1973.

aa) Antonio Lopes Jr. — Presidente
Olavo Ferreira — Relator
Alvaro Dias

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 149-72, de autoria do Dep. Aryzone Araujo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Ampère, Via Jacutinga. Parecer favoráveis da C.C.J. C.F. e COPTC. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 149-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão, a Ampère via Jacutinga.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 1.º de setembro de 1972

aa) — Dep. Aryzone de Araujo

JUSTIFICAÇÃO

O trecho que o projeto em tela pretende transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, por se situar no interior de uma zona intensamente produtiva, assume profunda significação de natureza econômica, especialmente para o Estado. Daí a necessidade do Estado, através do DER, mantê-lo permanentemente em boas condições de tráfego, a fim de proporcionar o fluxo contínuo e rápido de mercadorias perecíveis em direção aos centros consumidores e, em consequência, beneficiar-se dos resultados em termos tributários.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 149-72

PARECER

Senhor Presidente.

Não existindo óbice legal ou constitucional à aprovação do presente plano de Lei, opinamos favoravelmente, para que tenha tramitação nos demais órgãos desta Casa.

S. Comissões, em 11 de outubro de 1972.

aa) Armando Queiroz de Moraes — Presidente
Cândido M.M. de Oliveira — Relator
Santos Lima
Ovidio Franzoni
Erondy Silvério
Igo Losso
Muggiati Filho

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 149-72

PARECER

1. O presente projeto de Lei, de autoria do nobre deputado Aryzone de Araujo, visa autorizar o Executivo a transferir ao DER a estrada que liga Francisco Beltrão a Ampère, via Jacutinga.

2. A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao mesmo. No que diz respeito ao aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua **aprovação**.

É o Parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente
David Federmann — Relator
João Fadel
Odilon Reinhardt

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

PROJETO DE LEI N. 149-72

PARECER

I — O Projeto de Lei em exame, de autoria do ilustre Deputado Aryzone Araújo, autoriza o Poder Executivo a transferir para a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, a conservação e melhoria do trecho que liga Francisco Beltrão a Ampere.

II — Este é um velho problema dos municípios, a falta de condições econômicas e técnicas para conservarem e melhorarem as suas estradas.

Por essa razão, iniciativas como esta devem merecer nosso apoio e aprovação, pois, realmente somente o Governo do Estado através do seu departamento próprio, tem condições de resolver adequadamente esses problemas.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1973.

aa) Borsari Netto — Presidente

Lázaro Dumont — Relator

Aguinaldo P. Lima

Antonio Bellinati

Arthur de Souza

1.a Di-hcussão — do Projeto de Resolução n.º 23-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 16-73, que aprova Convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Londrina, objetivando organizar o Serviço de Rádio Patrulha naquele Município. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.P. e C.F., EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

MENSAGEM 1-73

Curitiba, 22 de janeiro de 1973

PROPOSIÇÃO N. 16-73

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convenio celebrado em 25 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Londrina visando organizar o serviço de Rádio Patrulha daquele Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Colenda Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) **Pedro Viriato Parigot de Souza**
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

N/Capital.

Convênio que entre si fazem, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Município de Londrina.

Pelo presente instrumento particular, de um lado a Secretaria de Segurança Pública, representada pelo seu titular, General Mário Carneiro Portes e do outro o Município de Londrina, representado pelo Prefeito Municipal Dr. Dalton Fonseca Paranaçu, com base no artigo 117 da Constituição Estadual e tendo em vista a autorização contida no ofício n.º 611, de 21 de julho de 1972, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, resolvem, de pleno e comum acordo, celebrar o presente convenio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA: — A Secretaria de Segurança Pública através da Polícia Militar do Estado do Paraná, por Unidade desta, com jurisdição no Município de Londrina, organizará e manterá em funcionamento, com seu próprio efetivo, o serviço de policiamento de Rádio Patrulha.

SEGUNDA: — O serviço de Rádio Patrulha atenderá ao Município de Londrina e, eventualmente, em caso de excepcional emergência, outros municípios circunvizinhos.

TERCEIRA — Os procedimentos permanentes de operação e as cores das viaturas do serviço de Rádio Patrulha, objeto deste Convenio, serão os adotados pela Polícia Militar do Estado do Paraná.

QUARTA: — O Município de Londrina dotará o serviço de Rádio Patrulha, objeto deste Convenio, de 5 (cinco) viaturas modelo especial (Chevrolet Opala Patrulheiro) para serviço da Polícia, equipados com estação rádio-móvel transreceptor, luzes de alerta e sirena, bem como uma estação fixa de comunicações, devidamente instalada, como os demais equipamentos e acessórios constantes do levantamento de necessidade elaborado pela Polícia Militar.

QUINTA: — A Central fixa de comunicações do serviço de Rádio Patrulha será instalada em dependências próprias cedidas pela Prefeitura Municipal de Londrina.

SEXTA: — As viaturas constantes deste Convenio, somente poderão ser utilizadas no policiamento ostensivo, tipo Rádio Patrulha, assim definido pela legislação pertinente, não podendo ser utilizados em outros serviços.

SETIMA: — A ampliação do número de viaturas e equipamentos do serviço de Rádio Patrulha, bem como a renovação dos veículos existentes, serão efetivadas dentro dos recursos disponíveis da Prefeitura Municipal.

OITAVA: — A responsabilidade pela manutenção, reparos e combustíveis das viaturas bem como equipamentos, objeto deste Convenio será da responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública.

NONA: — O Município de Londrina compromete-se a incluir nos seus orçamentos anuais uma verba auxiliar de custeio, nunca inferior à quantia correspondente a 45 salários mínimos vigentes na Capital do Estado.

DÉCIMA: — As viaturas, além dos dizeres adotados pela Polícia Militar do Estado do Paraná, conterão as palavras: Convenio de Segurança — Estado do Paraná — Município de Londrina.

DÉCIMA PRIMEIRA — Além de sua missão normal de patrulhamento, caberá ao serviço de Rádio Patrulha, objeto deste Convenio, a prestação supletiva de serviços de utilidade pública, na forma de assistência à população, principalmente para propiciar socorros médicos de urgência, transportes de doentes e feridos, deter, transportar e custodiar alienados, encaminhar pessoas e coisas perdidas, dar informações de interesse público, encaminhar menores.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente Convenio, em seis vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Londrina, 25 de outubro de 1972.

(aa) General Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

Dalton Fonseca Paranaçu — Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

2 (duas) ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 23-73

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de Convenio celebrado em 25 de outubro de 1972, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Londrina, visando organizar o serviço de Rádio Patrulha daquele Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973.

(aa) Antônio F.F. da Costa — Presidente

Nelson Buffara — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 23-73

PROPOSIÇÃO N.º 16-73

SÚMULA: — Aprova o termo do Convenio celebrado em 25 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Londrina, visando organizar o serviço de Rádio Patrulha daquele Município.

PARECER

A Proposição ora em exame tem suas raízes na Mensagem Governamental n.º 1-73, que tem por fim dar conhecimento a esta Casa de Leis, dos termos do Convenio celebrado em 25 de outubro de 1972, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Londrina, visando organizar o serviço de Rádio Patrulha daquele Município.

A proposição é escorreita, tanto formal como jurídica e constitucionalmente, pois, está elaborada conforme preceitua o art. 47, inciso IX da Carta Estadual e a competência revisora do Legislativo emana do art. 22, inciso VII da mesma Constituição.

Assim, opinamos pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973.

(aa) Antônio F.F. da Costa — Presidente

Nelson Buffara — Relator

Sebastião Rodrigues

Quiêse Crisóstomo da Silva

Ovídio Franzoni

Ivo Thomazoni

Antônio Lopes Júnior

COMISSÃO DE POLÍCIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 23-73, ex-Proposição n.º 16-73 —

Aprova convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Londrina, visando organizar o Serviço de Rádio-Patrulha naquele Município.

PARECER

O interesse público na organização do Serviço de Rádio-Patrulha no Município de Londrina é evidentiíssimo e dispensa maiores considerações.

O texto do convenio é amplamente esclarecedor, não deixando dúvida de que atende a uma real necessidade do grande município do norte paranaense, de forma compatível com as conveniências da administração estadual.

O Projeto de Resolução n.º 23-73, merece o nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21-05-1973.

(aa) Antônio Bellinati — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Antônio F.F. da Costa Filho

Marciano Baraniuk

COMISSÃO DE FINANÇAS

SÚMULA: — "Projeto de Resolução n.º 23-73 — ex-Proposição n.º 16-73 — Aprova convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Londrina, objetivando organizar o serviço de Rádio Patrulha naquele Município".

PARECER

1) — Tratam os Autos do Projeto de Resolução n.º 23-73, ex-Proposição n.º 16-73, que aprova o convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Londrina, objetivando organizar o serviço de Rádio Patrulha daquele Município, conforme cópia encaminhada através de Mensagem Governamental n.º 1-73.

2) — Respalçado pelo permissivo constitucional que defere ao Poder Executivo a iniciativa de firmar acordos e celebrar convenios e sendo relevante o interesse público em decorrência dos benefícios que trará à população de Londrina a organização do serviço de Rádio Patrulha, pela Secretaria de Segurança Pública, esta Comissão de Finanças não vê como deixar de dar seu voto favorável à aprovação da matéria dos Autos.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 30 de maio de 1973.

(aa) Quiêse C. da Silva — Presidente

João Fadel — Relator

Alvaro Dias

Wilson Fortes

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença neste Plenário, do Sr. Mário Lanservan, Prefeito Municipal de Cambará.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, solicitando congratulações ao Sr. Desembargador Zeferino Mozzato Krukoski, empossado no Tribunal de Justiça do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando congratulações à Federação da Agricultura do Estado e ao Sr. Presidente da mesma, pelo exito alcançado na realização do II Encontro Regional dos Produtores Rurais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados apelos aos Sr. Governador do Estado e Sr. Secretário da Fazenda, encarecendo urgentes providencias quanto ao escalonamento das multas, maior prazo para apresentação das guias do I.C.M. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente e demais Membros do Tribunal de Contas do Estado, pelo vigésimo sexto aniversário de sua instalação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira,

constante do Expediente, solicitando voto de regozijo e congratulações aos Srs. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, pelo transcurso do 59.o aniversário de instalação do referido Município. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que interfira junto ao Sr. Ministro da Justiça e ao Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, visando a instalação em Curitiba do Tribunal Regional do Trabalho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja enviado Telex ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, solicitando seja reconsiderada a decisão tomada pelo Conselho Federal de Educação, que anulou o exame vestibular realizado pelo Centro de Estudos Superiores de Londrina. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para manhã dia 8 sexta-feira, às 10,00 horas, com Ordem do Dia já anunciada na Sessão anterior.

Levanta-se a Sessão.